

# **CARTA DA INDÚSTRIA AOS GOVERNADORÁVEIS**

## **ELEIÇÃO SUPLEMENTAR**

### **APRESENTAÇÃO**

O Tocantins é o 24º colocado no “ranking” do PIB dos 27 estados brasileiros. A participação da indústria no PIB do estado é de 14,5% - cifra que vem recuando nos últimos anos - e de apenas 0,3% no PIB nacional. Possui cerca de 2.300 unidades industriais e gera pouco mais de 32.000 empregos, ou 12% do emprego formal. Por estes números pode-se afirmar que a indústria é ainda um segmento nascente na nossa economia, mas o fato é que eles não nos fazem justiça, estão muito aquém da nossa potencialidade.

É inquietante constatar que cifras tão pífiyas se contraponham a um cenário tão propício ao nosso desenvolvimento, em nível regional e local. No país, o Tocantins faz parte da região norte que, na última década, apresentou taxas de crescimento econômico superiores às das regiões sul e sudeste. Este fenômeno de interiorização do desenvolvimento que envolve, também, o Centro Oeste e o Nordeste; é novo entre nós e abre uma perspectiva animadora para o futuro de nossa região.

Em nível local, é fácil constatar que o estado dispõe de um meio físico, extremamente, favorável à produção agrícola - somos o 9º produtor nacional de soja, o 3º de arroz e o 10º de carne bovina. Mas, via de regra, a maior parte desses produtos deixa o estado na forma primária, com baixo ou nenhuma valorização. Não somos mais um estado isolado, o macro sistema de transporte, dado pela Ferrovia Norte Sul, já possibilita acesso aos principais mercados nacionais e internacionais e deve se ampliar.

É hora de melhorar nosso desempenho no terreno socioeconômico e tirar partido das oportunidades em torno de um único objetivo: aumentar nossa competitividade. É necessário superar problemas históricos do estado como: desequilíbrio das contas públicas; carência de políticas de apoio à iniciativa privada; dificuldade de financiamento; saúde, educação e segurança deficientes. Estes problemas aumentam o custo da indústria e subtraem sua competitividade, especialmente, num mercado global. Eles precisam ser enfrentados com medidas estruturais que não podem ser mais adiadas.

O ano de 2018 começa com a economia em recuperação na esteira de uma crise multifacetada, inédita em nossa história e com as eleições gerais marcadas para outubro. Temos nova oportunidade para discutir a indústria que queremos para o futuro. Como tem feito reiteradamente, a FIETO resume, nesta publicação, a agenda das principais demandas da indústria, através de um diagnóstico sumário dos principais obstáculos ao seu desenvolvimento e os imperativos para transpô-los em quatro macro eixos: Adequar a Ação do Estado, Executar Políticas Públicas de Fomento à Agroindústria, Promover a Ciência e Tecnologia e Promover a Educação.

Referidos macro eixos, e respectivas ações estratégicas, já foram objeto de comunicação ao Governo do Estado do Tocantins em 2013, por ocasião do I Congresso da Indústria Tocantinense. Àquela altura, como agora, as propostas refletem as aspirações e os desejos dos empresários da indústria, discutidos em vários fóruns e eventos em nível estadual e nacional.

Elas não esgotam o tema, mas lançam as bases mínimas de discussões, análises e tratativas na busca de um ambiente mais propício ao desenvolvimento da indústria.

A FIETO, desde logo, coloca suas competências à disposição dos candidatos (as), em especial daquele (a) que for eleito (a) pelo voto popular para o cargo de chefe Poder Executivo estadual para aprofundar a discussão dos gargalos e dificuldades apontados e conceber as soluções para superá-los.

### **Macro Eixo: ADEQUAR A AÇÃO DO ESTADO**

O Tocantins tem desempenho muito ruim em áreas que lhe são exclusivas. Temos notável potencial de mercado capaz de atrair capitais externos, tanto pelo tamanho como pela taxa de crescimento, mas esta vantagem é neutralizada, em grande parte, por diversos fatores.

Em primeiro lugar, a excessivo gasto com pessoal lotado na Administração Pública. O Tocantins tem mais de 41% de todo o estoque de emprego alojado nessa área. É o quarto colocado no Brasil. No passado, o Tocantins superou o limite de 60% da Receita Corrente Líquida com despesa de pessoal fixado pela Lei Complementar Nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. No último biênio ficou aquém do limite, mas ainda muito próximo dele. O efeito mais perverso dessa anomalia é o desequilíbrio das Contas Públicas. O custo da “máquina pública” compromete parte considerável da receita e deprime a parcela destinada aos investimentos – que é o fermento da geração de emprego, renda e tributos. Esta parcela que chegou a ser de 26%, hoje não passa de 5%.

O Tocantins tem que empreender um grande esforço para reduzir esta conta fazendo com que parte desse contingente de funcionários públicos seja transferida para a iniciativa privada. A indústria poderia cumprir este papel, seria um benefício adicional que um maior grau de industrialização aportaria ao Estado.

Hoje, o Tocantins enfrenta sérios problemas nos serviços públicos - dever constitucional do estado - como saúde e educação. Melhor qualidade desses serviços depende de melhor gestão e mais investimento. Isso permitiria maior acesso aos direitos fundamentais para o conjunto da população e reduziria a vulnerabilidade do indivíduo. Em outras palavras, o Tocantins precisa ampliar sua Sustentabilidade Social que significa melhorar seus índices de saúde, alimentação, moradia, saneamento, inserção econômica, mortalidade, IDH, trabalho formal e previdência social. Ocupamos o 14º posto entre os 27 estados brasileiros nesse quesito.

Não é só no Executivo que se impõem melhorias. A situação se repete nos demais poderes. Indicadores que combinam a relação de custo/eficiência com a transparência do gasto público do Legislativo e do Judiciário estaduais; nos remetem aos últimos lugares do “ranking” nacional. Como resultado, temos um ambiente que exige alta extração tributária da sociedade para fazer frente à sua manutenção e, por consequência, custos de transação muito elevados, o que dificulta, quando não impede, os negócios da iniciativa privada. Quando as instituições governamentais reduzem o custo da transação, a energia dos agentes econômicos se volta para tarefas que reforçam o dinamismo da economia.

## **Macro Eixo: EXECUTAR POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO À AGROINDÚSTRIA**

A “Construção Civil” é a maior das categorias que compõe a indústria do Tocantins. Sozinha, ela responde por 42% de todo o PIB industrial. Isto é consequência do “déficit” habitacional condicionado pelo afluxo migratório de que o Estado tem sido alvo desde sua criação e da construção da infraestrutura, notadamente, na área viária e de geração hidrelétrica.

O segundo colocado em importância é a “Indústria de Transformação” com destaque para a Fabricação de Produtos Alimentícios. A isso soma-se o fato do Tocantins ser um importante produtor de bens agrícolas primários. Unidades processadoras de carne, peixes, laticínios, beneficiadoras de grãos, devido a processarem matérias-primas produzidas localmente, têm reduzido grau de dependência externa, além de atender uma demanda mundialmente crescente.

A Indústria de Transformação, que abriga essas atividades, representa hoje cerca de 30% do PIB industrial do Estado - no Brasil ela representa 52% - e vem mantendo trajetória crescente no último quadriênio. Em vista deste cenário, é possível prognosticar o crescimento da indústria local focado nos produtos manufaturados a partir das matérias-primas produzidas pela agropecuária, especialmente alimentos que, como se viu, são hoje comercializadas “in natura” ou com baixos níveis de transformação.

Recentemente a FIETO realizou, com o apoio do Governo do Estado, um estudo focando as principais cadeias do agronegócio que confirma, e até amplia, esse prognóstico. Referido estudo estabelece as rotas para o desenvolvimento da agroindústria local através de cinco pilares: Produção, Cooperativismo, Agroindústria, Infraestrutura e Sustentabilidade. Em cada um deles são apontados os objetivos e as ações estratégicas para seu aprimoramento.

Pela própria natureza destas iniciativas, fica evidente a importância de políticas públicas específicas de natureza fiscal e creditícia que criem as condições mínimas para seu desenvolvimento. Apesar das reconhecidas vantagens que a economia do estado poderia auferir de um maior grau de industrialização, o estado não tem voltado suas ações para fomentar tal possibilidade.

É evidente que as cadeias produtivas são arranjos complexos onde seus diversos agentes possuem características únicas. Por isso, a condução destas políticas de fomento deverá ser, idealmente, entregue a um colegiado paritário de natureza público-privada formado por todos os segmentos interessados no agronegócio.

## **Macro Eixo: PROMOVER A INOVAÇÃO E A TECNOLOGIA**

A inovação envolve a introdução de novas técnicas e métodos que transformam os processos no interior das empresas, organizações e sociedade. Modernamente, a inovação é peça-chave para o crescimento econômico de longo prazo, pois promove ganhos de produtividade que permitem às pessoas e organizações produzirem mais a custos menores.

O ambiente ideal para inovar combina ações de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento (P&D). O setor privado, submetido à competição, é um grande demandante

de inovações. A academia - notadamente em universidades públicas - e os institutos de pesquisa são o núcleo de sua produção. Já ao setor público cabe sua coordenação, acompanhamento e financiamento.

No Tocantins, a interação entre universidade e iniciativa privada é quase inexistente. O que se verifica é um divórcio entre a educação superior e o “mundo dos negócios”. Aproximá-los traria vantagens à ambos. À academia permitiria comparar a formação oferecida versus o perfil demandado pelas empresas, incentivaria a participação de alunos e professores em pesquisas, projetos e programas dirigidos à indústria e suportados por elas e o aporte da experiência dos empresários no ensino, pesquisa e extensão. Às empresas, maior interação oportunizaria a interferência na escolha dos temas das pesquisas e dos trabalhos de conclusão de curso e estágios dos estudantes e, obviamente, a comercialização de novos produtos e processos.

Estamos longe desse panorama que é realidade em países de economia desenvolvida. Nossos níveis de: Produção Acadêmica, Investimentos Públicos em P&D e Patentes, nos relegam ao 25º lugar entre os 27 estados nacionais. Não por acaso, o estado de São Paulo é o líder nacional e o Amazonas o líder da região norte.

É imperativo a revitalização do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia – CECT. Ele é o órgão responsável por formular as diretrizes, executar a política de ciência e tecnologia e financiar as pesquisas. A regulamentação deste conselho, instituído por Lei Estadual Nº 1.664/2006, e apoiada na Constituição do Estado do Tocantins, prevê recursos para funcionamento correspondente a 0,5% receita tributária estadual. O CECT funcionou por breve período após sua criação e, apesar de recentes tentativas do governo estadual de ressuscitá-lo, hoje está, praticamente, desativado.

---

1 Plano Estratégico Para as Cadeias Produtivas do Agronegócio do Estado do Tocantins.

## **Macro Eixo: PROMOVER A EDUCAÇÃO**

Há consenso entre especialistas e experiências de economias desenvolvidas evidenciando que o nível educacional dos cidadãos condiciona seu desenvolvimento econômico e social. Não há possibilidade de se desenvolver uma sociedade sem que a educação lhe sirva de base. Por antítese, não há desenvolvimento compatível com a modernidade num ambiente onde prevaleça pouca educação ou educação de baixa qualidade.

O atual sistema educacional no estado é capaz de acolher a demanda, mas incompetente para sustentá-la. O número de crianças e jovens “fora da escola” na educação básica é baixo, mas quando se focaliza a qualidade da educação, os indicadores mostram uma realidade diferente e muito aquém da desejada.

As novas tecnologias produtivas requerem do trabalhador o domínio de conhecimento e habilidades que se adquirem por meio de adequada educação básica. Este insumo é indispensável para a educação profissional. Os empresários têm percebido, desde há muito, que para se educar o cidadão para o trabalho há necessidade de se promover um salto qualitativo

na sua educação básica, especialmente, em questões centrais, como o domínio da língua portuguesa, da matemática e das ciências da natureza.

Já existem índices para monitorar a proficiência de alunos nas três disciplinas mencionadas – é o Índice PISA. Ele se tornou uma importante referência de avaliação educacional em larga escala no contexto mundial. Desde sua primeira edição, em 2000, o número de países participantes tem aumentado. Em 2015 (sua edição mais recente), 70 países participaram, sendo 35 membros da OCDE e 35 países/economias parceiras.

A importância do PISA para o mundo do trabalho advém do fato dele não só verificar se os alunos podem reproduzir o conhecimento adquirido, mas também examina como podem aplicá-lo fora da escola. Esta abordagem reflete o fato de que as economias modernas recompensam os indivíduos não só pelo que sabem, mas pelo que podem fazer com o que sabem. O Brasil ocupa a 63ª colocação num universo dos 70 países pesquisados. O Tocantins, por sua vez, é o 24º colocado no Brasil. Seu Índice PISA (366) é menor que a média nacional. O líder nacional é o Estado do Espírito Santo (PISA: 427) e na região norte, o Estado do Amazonas (PISA: 395).

Se pelo lado da aprendizagem o cenário deixa a desejar, a situação não é melhor pelo lado da qualificação dos docentes. Entre nós, apenas um quarto deles tem pós-graduação, enquanto que no Espírito Santo este montante supera a 78% e em Rondônia atinge a metade deles.

Embora se deva reconhecer algum avanço, a qualidade da educação fundamental no Brasil ainda é incipiente frente às grandes economias mundiais, e o desempenho do Tocantins é ainda pior. Isto indica clara incapacidade de a educação, atualmente, praticada fornecer ao estudante o estofo intelectual, minimamente, necessário a habilitá-los a receber as capacitações profissionais compatíveis com o moderno “mundo dos negócios”. Em resumo, iniciativas de planejamento envolvendo a educação no estado devem principiar privilegiando a qualidade da educação fundamental.

---

2 PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - Avaliação promovido pela OCDE (Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) que visa uma avaliação trienal comparada em matemática, leitura e ciências, de estudantes na faixa dos 15 anos ou do término da escolaridade básica.

3 Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – Organização constituída de 35 economias desenvolvidas que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de mercado, que procura fornecer uma plataforma para comparar políticas econômicas, solucionar problemas comuns e coordenar políticas domésticas e internacionais.